

**Vinícius Eduardo Pereira Dos Santos**

# **FINANCIAMENTO DE LITÍGIOS POR TERCEIROS**

***Third-Party Funding* como  
Incentivo ao Acesso à Justiça**

**Terceirização do Custeio e  
Investimento em Processos**

Curitiba  
Juruá Editora  
2022

---

Visite nossos sites na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-65-263-0186-9**

**JURUÁ**  
EDITORA

**Brasil** R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900

CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 Fone: (351) 223 710 600

Centro Comercial D'Ouro - 4400-096 Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** Luiz Augusto de Oliveira Junior

---

S237 Santos, Vinícius Eduardo Pereira dos  
Financiamento de litígios por terceiros: *third-party*  
funding como incentivo ao acesso à justiça / Vinícius  
Eduardo Pereira dos Santos - Curitiba: Jurua, 2022.  
160 p.; 21 cm

1. Direito e economia. 2. Financiamento. 3. Terceiros  
(Direito). 4. Acesso à justiça. I Título.

CDD 341.522(22.ed)

CDU 347.918

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>SIGLAS E ABREVIATURAS</b> .....	15
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1 CUSTOS PARA PROPOSITURA E MANUTENÇÃO DE UM PROCESSO</b> .....	21
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	21
1.2 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	23
1.3 O CUSTO DO PROCESSO JUDICIAL.....	25
1.3.1 Direito à Isenção ao Pagamento das Custas.....	27
1.4 O CUSTO DA ARBITRAGEM.....	29
1.5 O CUSTO DA CONCILIAÇÃO E DA MEDIAÇÃO.....	32
1.6 CONCLUSÕES PARCIAIS.....	36
<b>2 FINANCIAMENTO DE LITÍGIOS POR TERCEIROS</b> .....	37
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	37
2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	38
2.2.1 Vedação à Cessão de Créditos Litigiosos no Direito Romano.....	38
2.2.2 Proibição às Doutrinas do <i>Champerty</i> e <i>Maintenance</i> .....	39
2.2.3 Abolição das Barreiras e Desenvolvimento do <i>Third-Party Funding</i> .....	40
2.2.4 Relevância do Financiamento de Litígio por Terceiros na Atualidade.....	43
2.3 CONCEITO.....	45
2.3.1 Causa com Expectativa de Retorno Financeiro.....	49
2.3.2 Existência de um Terceiro.....	50
2.3.3 Negócio Jurídico Processual.....	51
2.3.4 Fornecimento de Subsídios.....	52
2.3.5 Reembolso de Acordo com o Resultado do Litígio.....	53
2.3.6 Proposta de Conceituação.....	54

2.4	ESPÉCIES DE FINANCIAMENTO.....	54
2.4.1	Advocacia <i>Pro Bono</i> .....	55
2.4.2	Honorários de Êxito .....	56
2.4.3	Empréstimo .....	57
2.4.4	Seguro .....	58
2.4.5	Cessão da Posição Contratual.....	59
2.4.6	Assunção de Dívida.....	59
2.4.7	Cessão de Crédito.....	60
2.4.8	Estipulação em Favor de Terceiros .....	61
2.5	<i>THIRD-PARTY FUNDING</i> NO DIREITO COMPARADO.....	62
2.5.1	Reino Unido .....	62
2.5.2	Austrália .....	63
2.5.3	Singapura.....	64
2.5.4	Estados Unidos da América .....	66
2.5.5	França.....	67
2.5.6	Brasil.....	68
2.5.7	Portugal .....	71
2.6	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	73
<b>3</b>	<b>O TERCEIRO FINANCIADOR NA RELAÇÃO JURÍDICO-PROCESSUAL.....</b>	<b>75</b>
3.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	75
3.2	SUJEITOS PROCESSUAIS.....	76
3.2.1	Partes.....	77
3.2.2	Terceiros.....	78
3.2.3	Sujeito Oculto.....	79
3.3	EXTENSÃO DA ATUAÇÃO .....	80
3.3.1	Controle sobre a Tomada de Decisões .....	80
3.3.2	Possibilidade de Condução Autônoma da Ação.....	82
3.3.3	Responsabilização pela Sucumbência da Parte Financiada.....	83
3.4	CRÍTICAS À UTILIZAÇÃO.....	85
3.4.1	Incremento de Demandas Infundadas .....	85
3.4.2	Afastamento da Igualdade entre as Partes .....	87
3.4.3	Risco de a Parte Adversa não Reaver seus Custos em Caso de Vitória.....	89
3.4.4	Conflito de Interesses .....	91
3.4.5	Imparcialidade do Julgador e Interferência em sua Convicção.....	95

3.5	DEVER DE CONFIDENCIALIDADE E NECESSIDADE DE DIVULGAÇÃO .....	97
3.5.1	Sigilo Entre Parte Financiada e Financiador .....	98
3.5.2	Revelação do Terceiro Financiador .....	100
3.5.2.1	Extensão do dever de revelação .....	101
3.5.3	Sigilo do Contrato de Financiamento .....	107
3.6	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	109
<b>4</b>	<b>CONTRATAÇÃO DO FINANCIAMENTO.....</b>	<b>111</b>
4.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	111
4.2	QUEM PODE SER FINANCIADOR.....	112
4.3	MODELOS PARA REALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO .....	113
4.3.1	Contrato Atípico.....	113
4.3.2	Sociedade em Conta de Participação.....	114
4.3.3	<i>Joint Venture</i> .....	116
4.3.4	Fundo de Investimento.....	117
4.4	CLÁUSULAS GERAIS A SEREM NEGOCIADAS .....	118
4.4.1	Valor e Forma do Investimento.....	119
4.4.2	Remuneração do Financiador.....	119
4.4.3	Controle sobre Decisões Estratégicas.....	120
4.4.4	Celebração de Acordo.....	120
4.4.5	Hipóteses de Rescisão .....	121
4.4.6	Confidencialidade .....	122
4.4.7	Responsabilidade pela Sucumbência.....	123
4.4.8	Resolução de Disputas .....	123
4.5	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	125
<b>5</b>	<b>FINANCIAMENTO DE LITÍGIOS POR TERCEIROS COMO FORMA DE PROMOVER O ACESSO À JUSTIÇA .....</b>	<b>127</b>
5.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	127
5.2	PROBLEMATIZAÇÃO.....	130
5.3	ASPECTOS POSITIVOS.....	132
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>135</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>141</b>
	<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>149</b>